



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE - CIMFor

Temas emergentes em Educação: Docência em movimento no contexto atual
10 a 13 de setembro de 2024

A ADAPTAÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS PARA ESTUDANTES NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS

Bruna Dlugokenski¹
Aline Portella Biscaino²

Resumo

Atualmente, é previsto por lei a garantia da vaga ao aluno com neurodivergência nas escolas de Educação Básica do Brasil. Também é prevista a adaptação das aulas e avaliações destinadas a este aluno, tomando como premissa o Plano Educacional Individualizado. Com base nisso, o presente relato de experiência busca discutir a respeito de quais adaptações estão sendo realizadas nas atividades avaliativas no contexto educacional observado. Para isso, foi tomado como base os relatos de vivências da autora estagiária ao longo da realização das observações de uma escola de Educação Básica da cidade de Realeza - PR, durante o curso do componente curricular de “Estágio Curricular Supervisionado II: Acompanhamento do Trabalho do Professor”. Além disso, foi possível iniciar a discussão sobre quais adaptações estão demonstrando resultados positivos quando aplicadas às provas de alunos com Transtorno do Espectro Autista ou outras neurodivergências. É recomendado adaptar a forma em que a prova é realizada pelo aluno, como a utilização de questões mais diretas e inserção de imagens que podem ajudar a sua compreensão. Ademais, a realização da prova pelo aluno com um professor como mediador, atuando como leitor e escriba, pode ser uma boa opção de adaptação. Desta forma, busca-se garantir o direito à educação ao aluno com neurodivergências através da equidade.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Atividades avaliativas. Transtorno do Espectro Autista.

Eixo Temático: Eixo 4 – Inclusão e Diversidade

¹ Acadêmica em Licenciatura em Física. Universidade Federal da Fronteira Sul,
brunadlugokenski@gmail.com

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal da Fronteira Sul,
aline.biscaino@uffs.edu.br

INTRODUÇÃO

O estágio obrigatório como componente curricular dos cursos de licenciaturas é um dos momentos mais importantes da formação inicial do futuro professor. Estes períodos permitem ao licenciando a possibilidade de vivenciar a Escola munido de fundamentos teóricos que proporcionam um olhar reflexivo e que permite a construção de conhecimentos junto ao professor supervisor. O movimento que aproxima teoria e prática a partir dos estágios enriquece a formação dos licenciandos e promove a articulação de todos os saberes estudados até então.

O componente curricular “Estágio Curricular Supervisionado II: Acompanhamento do Trabalho do Professor” tem como objetivo propiciar ao licenciando a possibilidade de entrar em contato com o trabalho de um professor de Ciências da escola de Educação Básica, na sala de aula e para além da sala de aula. A pergunta que se coloca é "Que atividades o professor realiza na escola?". Isto está previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Física - Licenciatura, em sua seção de Organização Curricular, que traz a descrição do esperado para a disciplina.

Neste estágio, o acadêmico deve acompanhar o professor supervisor na realização de todas as suas atividades na escola, tais como: sala de aula, hora-atividade, conselho de classe, formação pedagógica. O objetivo é mergulhar no universo do “ser professor”, seu cotidiano e desafios da carreira. Também, deve, o acadêmico, auxiliar o professor supervisor na preparação das atividades que são realizadas em sala de aula, tais como: material didático, avaliação e experimentos, (se for o caso). (PPC Física, 2019, p. 65.)

Entre os desafios encontrados pelos licenciandos em sala de aula em momentos de estágio, está a assistência em atividades avaliativas realizadas pelo professor supervisor que pode se constituir desde o auxílio na elaboração da atividade, correção ou apenas aplicação.

Este relato discute o estágio realizado em uma turma de Ciências em uma escola de Educação Básica na cidade de Realeza. Nesta turma, havia entre os estudantes, um aluno com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e isso nos fez repensar a perspectiva das atividades avaliativas e o modo de sua aplicação em sala de aula.

O TEA está no conjunto de neurodivergências, ou seja, uma condição em que o cérebro tem um funcionamento diferente do considerado típico pela Medicina. Entram na lista juntamente com o TEA, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a dislexia, a discalculia, as Altas Habilidades (AH), o Transtorno de Oposição Desafiante

(TOD), dentre outras. Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023 (INEP, 2023), houveram 1.114.230 matrículas de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades no Ensino Fundamental no último ano, sendo 92,3% deles em classes comuns.

A inclusão destes estudantes tem sido um desafio presente constante para os professores por diversos motivos. Atualmente, as escolas públicas enfrentam salas lotadas, o que dificulta o trabalho do professor por não conseguir dar a devida atenção que cada aluno necessita; falta de tempo para a elaboração de atividades direcionadas às características específicas de cada indivíduo; carência de equipe multidisciplinar para acompanhar os estudantes; ausência de recursos essenciais para uma aprendizagem integral do aluno, etc. Além de toda esta insuficiência de condições de trabalho favoráveis aos professores atualmente, uma outra carência significativa pode ser a falta de formação continuada adequada para que os docentes consigam adaptar suas aulas e avaliações de modo que vá ao encontro das necessidades de seus alunos, principalmente aqueles com alguma neurodivergência. Em pesquisa realizada por Dlugokenski e Voloski (2023), quando questionadas quais temas as direções de escolas municipais da região do sudoeste do Paraná julgavam ser os mais necessários, mais de 90% das respostas foram relacionadas com “como trabalhar com alunos do TEA”. Este dado é um reflexo da necessidade de subsidiar os professores da Educação Básica com o aporte teórico para que eles se sintam capacitados para trabalhar com estes estudantes em suas salas de aula.

Quando um aluno possui seu diagnóstico de TEA ou outro transtorno, um laudo é emitido para o paciente e sua família, o qual deve conter o diagnóstico correspondente, quais impactos isso traz para a sua vida, como dificuldades e necessidades específicas e quais barreiras a pessoa pode enfrentar. Segundo Heloise Rissato (2024):

[...] o laudo de autismo é um documento para apoiar e garantir pessoas com TEA sobre seus direitos. Ele não só oferece uma compreensão clara das necessidades e desafios específicos de uma pessoa com autismo, mas também abre portas para acesso a serviços e terapias essenciais (Rissato, 2024)

Portanto, quando a família apresenta à escola o laudo do aluno, torna-se necessário a adaptação dos conteúdos e das avaliações, tomando como premissa o Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI é um direito do aluno que possui qualquer deficiência ou transtorno, garantido pela Resolução nº4/2009. Segundo Battistello (2024, p. 5) “O PEI é um documento norteador das práticas pedagógicas, além de servir como base para a

elaboração do parecer pedagógico descritivo, que geralmente é solicitado para os alunos com deficiência devido às suas especificidades”. Este plano possui o objetivo de classificar quais serão as adaptações feitas pelos professores da escola em que o aluno está matriculado. Dentre todas as informações que necessitam constar no PEI, é imprescindível: condições especiais solicitadas para a sala de aula e quaisquer ajustes aos processos de avaliação.

As atividades avaliativas observadas na turma de Ciências da escola de Educação Básica no estágio vivenciado eram adaptadas para os estudantes que possuíam algum laudo.

Em um momento do estágio, a pedido da professora supervisora, foi preciso acompanhar um aluno para refazer uma das avaliações. Este aluno estava no 6º ano do ensino fundamental e possuía algum laudo, mas não foi tornado público quaisquer outras informações. A prova continha um número reduzido de questões e foi realizada fora da sala de aula. Houve auxílio na parte de leitura, escrita e no processo de raciocínio. Esta situação abriu portas para diversas conversas em sala de aula e também inspirou a escrita deste relato de experiência, que possui o objetivo de discutir/refletir sobre as adaptações feitas em provas para alunos com TEA e outras neurodivergências, buscando explicar quais encaminhamentos estão sendo aplicados atualmente e se estes são os mais indicados para uma maior aprendizagem.

A VIVÊNCIA NA ESCOLA

Atualmente, as escolas possuem o dever de garantir o acesso de alunos com diagnóstico de TEA, assegurado por lei. Por esse motivo, é exigido dos professores de escolas regulares a adaptação de suas aulas e avaliações, como observado durante o Componente Curricular de Estágio Supervisionado II: Acompanhamento do trabalho do professor.

Ao acompanhar o Conselho de Classe da escola e as aulas ministradas pela professora supervisora, foi possível observar que o conjunto dos professores da escola decidem juntos quais serão as adaptações que serão implementadas nas avaliações dos estudantes que apresentam algum laudo específico. Estas mudanças são previstas pelo documento que a família do aluno apresenta na escola e que tem sido cada vez mais frequente e em grande número.

Segundo as observações feitas, foi decidido que seriam realizadas duas grandes adaptações para as avaliações dos alunos com neurodivergências: menor quantidade de questões e ambiente separado de realização de provas.

Menor quantidade de questões

A ação de retirar algumas questões da atividade avaliativa destinada a alunos sem qualquer laudo é uma prática comum entre os professores da escola de Educação Básica observada. Está incluso neste ato tanto diminuir uma prova que continha 10 questões para uma constituída por 6, até mesmo aceitar apenas 2 redações ao invés de 3, como foi observado. Não é explícito quais são os critérios utilizados pelos professores de quais serão as questões omitidas da atividade avaliativa original. Porém, apesar do menor número de questões, a forma de atribuir uma nota é a mesma para todos os alunos, a única diferença é que, para aqueles com menos atividades, cada questão valerá mais pontos, o que implica na consequência de, caso o aluno não responder corretamente, será descontado mais nota do que da prova original.

Por detrás desta decisão, dos professores, de retirar algumas questões da avaliação, pode estar a intenção de deixar o aluno neurodivergente com mais tempo para resolver a prova. Durante todas as observações de aplicação de provas nas salas de aula, foi notado reclamações vinda dos alunos neurotípicos pela falta de tempo para a sua realização. A constante observação, pelo professor, da falta de tempo dos alunos pode ser um dos motivos que influenciam na escolha desta modificação para as provas dos alunos com neurodivergências.

Ambiente separado

A realização da prova pelo aluno neurodivergente em um ambiente fora da sala de aula também é uma escolha de adaptação para os momentos de atividades avaliativas. Como vivenciado pela estagiária, realizar a prova no saguão da escola é uma das opções de locais que os alunos neurodivergentes têm. Trazer esses estudantes para fora da sala de aula tem como intencionalidade evitar que o barulho dos outros alunos os atrapalhem em seus momentos de raciocínio. Porém, como observado, o saguão da escola é igualmente barulhento e possui diversas distrações: lá é possível ouvir o burburinho de todas as salas de aula; é no saguão que há o som mais intenso do sinal de troca de aulas; há a passagem

constante de vários funcionários da escola, além dos estudantes que estão indo para as aulas de educação física e que atravessam o local.

Possibilidades de mudanças

Antes de mais nada, é importante esclarecer que, defende-se uma educação que olhe para as crianças e jovens como indivíduos e, portanto, são todos diferentes. Iguais na diferença. Como ideal, teríamos atividades didáticas que seriam capazes de desenvolver o que todos os indivíduos têm de melhor. Infelizmente, a educação trata crianças e jovens como uma média dos seres humanos, com características que entendemos como mais regulares. E, aqueles que saem dessa métrica, são considerados diferentes. Por outro lado, não estamos negando todas as dificuldades envolvidas quando se tem TEA, discalculia, dislexia, TOD, etc. Estamos somente considerando que a escola é um lugar para todos e que as diferenças deveriam ser mais comuns do que excepcionais. Logo, dizer que um ambiente escolar muito cheio ou barulhento que é aversivo para alguém que tem TEA e pode atrapalhar outro com TDAH também deve ser considerado muito ruim para a aprendizagem de qualquer indivíduo. Por isso, a importância de tornar a escola um lugar melhor para todos.

Segundo Christofari e Baptista (2012, p. 385), a avaliação é entendida:

[...] como um processo que deve envolver o grupo-classe, sem diferenciações na lógica avaliativa, ainda que se possa recorrer a procedimentos que indicam certa variabilidade. De acordo com essa perspectiva, os alunos com deficiência devem ser avaliados de maneira semelhante a seus colegas, e aquilo que deve se diferenciar, com maior evidência, são as estratégias de ensino, os materiais e apoios utilizados no cotidiano escolar.

Os autores supracitados defendem a ideia de não separar o aluno com laudo de seu grupo ou classe. Para isso, é necessário que aconteçam outras mudanças, as quais garantirão que o processo de avaliação ocorra segundo a mesma lógica para todos os alunos.

É muito comum observar uma cultura escolar de fazer com que o aluno faça sozinho as atividades avaliativas, sem a possibilidade de uma mediação nestes momentos. Esta é uma prática que, principalmente para alunos com TEA, é essencial para a

“estruturação de muitos processos de pensamento requeridos para a elaboração da atividade” (Pitanga de Oliveira *et al.*, 2016 *apud* Marin, Braun, 2018, p. 1016). Indo ao encontro dessa crença, as autoras Marin e Braun (2018) sugerem a estratégia de uma *avaliação mediada*, que foram levantadas após a ação docente, do professor, em conjunto com alunos com deficiência ou TEA. Alguns exemplos deste método são: leitura do enunciado, leitura compartilhada de textos, oferta de material pedagógico para consulta, escreva do aluno e interlocutor.

Além disso, algumas modificações feitas nas provas dos alunos neurodivergentes que se demonstraram eficientes no contexto de sala de aula: mudança de enunciados grandes e explicativos por mais curtos e diretos, adicionar um glossário à prova, a fim do aluno poder relembrar o significado de certas palavras, inserção de imagens que possam ajudar na compreensão de conceitos estudados pelo aluno, criação de um banco de palavras e o desdobramento de uma questão longa em várias pequenas (Marin, Braun, 2018).

Estas sugestões de adaptações para as atividades avaliativas dos alunos com neurodivergências não assumem a postura de facilitar o processo. Na verdade, é preferível que o nível de dificuldade da avaliação se mantenha o mesmo, apenas seja adaptada a forma que ela é aplicada e realizada. Levando em consideração as diferentes necessidades e especificidades de cada aluno, as adaptações supracitadas podem ser uma forma mais equânime de proporcionar um processo avaliativo como um momento de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado II: Acompanhamento do Trabalho do Professor é um componente curricular do curso de Licenciatura em Física que possibilita a observação e discussão de diversas temáticas relevantes para a formação do profissional da educação. Dentre elas, a avaliação da aprendizagem de alunos com neurodivergências, a qual foi o enfoque deste relato de experiência. Após a observação da aplicação de atividades avaliativas no ambiente escolar, buscou-se entender quais são as estratégias utilizadas que estão demonstrando êxito nas salas de aula.

Atualmente, com base no Plano Educacional Individualizado, as escolas de Educação Básica precisam adaptar as aulas e principalmente essas atividades para alunos que possuem algum diagnóstico de deficiência ou transtornos. Segundo o observado, tais

adaptações estão seguindo dois aspectos: a quantidade de questões em cada prova e o local em que ela é realizada.

Porém, como foi discutido, as mudanças na avaliação devem ser feitas principalmente na forma em que ela é realizada pelo aluno. São sugeridas mudanças na escrita e na mediação do professor para auxiliar o estudante na compreensão da atividade e na expressão das suas respostas de forma mais eficiente.

Para que isso vire realidade nas escolas, é necessário que haja melhores condições de trabalho para os professores, equipes multidisciplinares atuando nas escolas, materiais diversos que permitam adaptações inclusive para estudantes com deficiências físicas, espaço físico ampliado, tempo para que os professores possam se dedicar e produzir atividades diferenciadas, oportunidade de formação continuada para os professores e gestores das escolas e, também que discussões acerca de temas como a inclusão estejam presentes na formação inicial dos licenciandos.

REFERÊNCIAS

BATISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; LISBOA, Elise Ribas; MARTINS, Rosemari Lorenz. Inclusão de Alunos com Autismo em Sala de Aula e o Plano Educacional Individualizado. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v.28, n. 57, p.1-23. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; BAPTISTA, Claudio Roberto. Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6533>. Acesso em: 07 ago. 2024.

DLUGOKENSKI, Bruna Raquel; VOLOSKI, Gilson Luís. A Formação Continuada de Professores no Sudoeste do Paraná. **XIII Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica**. 2023. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/18655>. Acesso em: 17 jul. 2024.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Resumo técnico. Brasília. 2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Avaliação da aprendizagem em contextos de inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33103>. Acesso em: 08 ago. 2024.

RISSATO, Heloise. **CAS aprova validade permanente para laudo do espectro autista**. São Paulo. 2024. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/blog-laudo-de-autismo/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Projeto Pedagógico do Curso de Física (Licenciatura), Universidade Federal da Fronteira Sul, Realeza/PR. 2019.



Grupo de Pesquisa
TRIPEC - (Trans) Formação Inicial, Permanente e
Contínua de Professores: processos teóricos e
metodológicos

